

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 46
Maio – 2004

S U M Á R I O

- 2 *Estados Unidos e o Direito Internacional dos Conflitos Armados: a negação da herança de Lieber*
Clarita Costa Maia
- 5 *Uma Ilha, Duas Taiwans*
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 7 *Homens de boa fé: as negociações de paz entre israelenses e palestinos*
Hussein Ali Kalout
- 10 *A Europa cresce: 15 + 10 = a nova União Européia*
Estevão Chaves R. Martins
- 12 *Uma Questão de Credibilidade: Bush, o Iraque e 11/09*
Cristina Soreanu Pecequilo
- 16 *O 11 de março espanhol: o preço das alianças*
Thiago Gehre
- 18 *América Latina, União Européia e a mundialização: perspectivas de um novo eixo econômico*
José Ribeiro M. Neto e Francisco A. Wollmann
- 21 *O Governo do Brasil e a crise do New York Times*
Ana Maria Oliveira
- 23 *Petróleo: efeitos da Segunda Guerra do Golfo*
Virgílio Arraes
- 25 *A História em espiral: as primeiras inflexões na Política Externa do Governo Lula*
Tânia Maria P. G. Manzur

Estados Unidos e o Direito Internacional dos Conflitos Armados: a negação da herança de Lieber

Clarita Costa Maia*

Os Astecas controlaram enorme império, que ocupava parte do México e da América Central. A vitória sangrenta sobre os tepanecas a partir da aliança entre Tenochtitlan, Texcoco e Tlacopan possibilitou a inauguração do período áureo de sua história. Nada obstante a relativa paz trazida pela confederação, e apartada qualquer ameaça de maior gravidade à “hegemonia” asteca, embora não se pudesse desprezar totalmente o ânimo hostil dos demais povos, não cessaram os episódios injustificáveis de barbarismo. Surgiram as chamadas “guerras floridas”, campanhas militares com a finalidade de fazer prisioneiros para sacrifícios religiosos.

O relato histórico desses episódios inspira o que considero inescapável paralelo com os comportamentos belicistas do povo mais poderoso da atualidade, cujo poder não se restringe a um rincão isolado do México.

As atitudes de orgulho, arrogância e de absoluta falta de compaixão dos soldados americanos em relação aos prisioneiros de guerra de Abu Ghraib, pareceram a muitos evidadas de convicção na sua transcendência moral; sem dúvida, uma moral doente e deletéria. A própria da guerra do Iraque, com base em motivos forjados à conveniência política, parece a toda prova ter sido um subterfúgio. Essa me parece ser a tônica da guerra dos Estados Unidos neste século: uma guerra florida, de episódios inexplicáveis para os propósitos militares, justificada moralmente na santidade do combate ao terrorismo; guerra na qual teriam condições de vitória, não seguisse a Potência os caminhos ortodoxos da “espada e do canhão”.

O que mais consterna, todavia, é que o país ora apontado como o maior algoz do Direito Internacional dos Conflitos Armados foi precisamente um dos que mais contribuíram para o seu surgimento. É sabido que a mágoa e a frustração não são os melhores conselheiros para a tomada de decisões e para o julgamento. Então, sob pena de cairmos no extremo da americanofobia, forço à lembrança a maior (e positiva) contribuição dos Estados Unidos para o Direito Internacional: o Código Lieber.

As “Instruções para o Governo dos Exércitos dos Estados Unidos no Campo”, preparadas por Francis Lieber, revisadas por junta de oficiais dos exércitos dos Estados da futura federação americana, foram promulgadas como Ordens Gerais nº 100 pelo Presidente Abraham Lincoln, em 24 de abril de 1863, no contexto da Guerra Civil Americana. O assim conhecido Código Lieber foi a primeira tentativa de codificação do direito da guerra terrestre e a base principal de elaboração do Direito de Haia (relativo à limitação dos meios e métodos de combate), bem como de tratados posteriores.

Muitos dos princípios e das normas constantes no Código Lieber foram aperfeiçoados pelas modernas Convenções de Haia e de Genebra e Protocolos Adicionais. Alguns de seus permissivos, de outra parte, foram suprimidos. Todavia, não se pode olvidar a modernidade de muitos de seus dispositivos, mormente o fato de que o Código já trazia em seu bojo, de forma direta ou indireta, alguns dos mais importantes princípios de condução de hostilidades: os princípios da humanidade, da distinção e da necessidade militar.

* Consultora legislativa do Senado Federal.

Numerosos são os trechos das Instruções instando os soldados e seus superiores a agirem com humanidade, seja em relação a civis ou a prisioneiros de guerra. Destacamos alguns:

“16. A necessidade militar não admite a crueldade – ou seja, causar sofrimento sem motivo relevante ou por motivos de vingança, mutilar ou causar ferimento exceto em batalha, torturar para conseguir confissões. Não é admitido o uso de venenos sob qualquer forma ou a promoção da devastação de um distrito. Admite-se, todavia, a astúcia, mas não a perfídia; e, em regra, a necessidade militar não alberga atos de hostilidade que dificultem desnecessariamente o retorno da paz (...).

47. Os crimes puníveis em todos os códigos penais, tais como o incêndio criminoso, o assassinato, a mutilação, os assaltos, o roubo em estradas, os furtos, as invasões de domicílio, a fraude, a falsificação, o estupro, se cometidos por soldado americano em estado hostil contra seus habitantes, são não apenas puníveis, como o seriam nos Estados de origem, como em todos os casos nos quais a pena capital não é cominada, dever-se-á aplicar a pena mais severa (...).

56. Um prisioneiro de guerra não deve ser sujeito a nenhuma punição por ser inimigo público, sequer alvo de atos de vingança pela perpetração de sofrimento, maus tratos, aprisionamento cruel, racionamento de comida, mutilação, morte ou qualquer outra barbaridade (...).

75. Os prisioneiros de guerra são sujeitos a confinamento ou prisão na medida do necessário para a segurança do exército captor, porém não deverão ser alvos de nenhum sofrimento intencional ou indignidade (...).

76. Os prisioneiros de guerra devem ser alimentados com ração total ou parcial, sempre que possível, e tratados com humanidade.” (tradução livre).

A propósito da prática de tortura, menos de um século depois, o Judiciário do Distrito de Colúmbia, Estados Unidos, no Caso *Princz vs. República Federal*

da Alemanha, havido como paradigmático na definição dos contornos da proibição internacional desse crime, chegou a concluir que um país pode negar sua imunidade de forma implícita, *inter alia*, permitindo violações às regras de *jus cogens*, às quais se integra a proibição dessa prática. A ironia é evidente.

Ainda em relação aos Princípios, a condução de hostilidades requer, *a priori*, a determinação dos alvos legítimos de guerra. No Código de Lieber já figurava o princípio da distinção, por meio do qual se concede relativa imunidade aos alvos civis (pessoas e propriedades) em tempo de guerra, *in verbis*:

“22. (...) assim como a civilização avançou durante os últimos séculos, também avançou, especialmente no que concerne à guerra em terra, a distinção entre o indivíduo nacional de estado hostil e o próprio estado hostil. Cada vez mais tem-se reconhecido que um cidadão desarmado deve ser poupado, bem como o devem ser sua propriedade e honra, na medida que as exigências da guerra admitir.” (tradução livre)

Até a inclusão sua nos Protocolos de 1977 às Convenções de Genebra, porém, questionou-se o *status* de costume internacional do Princípio da Distinção, o que era reforçado pelo fato de que as Convenções de Haia de 1907 silenciavam quanto aos efeitos dos ataques aéreos sobre alvos civis. Além disso, as regras de Haia de 1923 não foram adotadas como tratados e a prática dos Estados durante a Segunda Guerra Mundial não confirmou sua aceitação. Finalmente, argüia-se que a Quarta Convenção de Genebra assumia a possibilidade de guerra total, com o uso de armas nucleares, cujo funcionamento não permite a separação dos alvos legítimos dos ilegítimos.

O Código Lieber consagrava, ainda, o princípio da necessidade, o qual, modernamente, reza que uma operação militar é escusada se não houver outra operação alternativa que cause menos destruição com

a mesma possibilidade de produzir resultados exitosos militarmente e de abreviar a guerra. Para Doswald-Beck, somente com os Protocolos de 1977 chegou-se a fórmula capaz de harmonizar os princípios da distinção e da necessidade de maneira a tornar eficaz a proteção dos alvos civis. O princípio da distinção não lhes fornece imunidade absoluta. Os Protocolos das Convenções de Genebra dispõem, de forma realista, sobre a obrigação de que se protejam os alvos civis o máximo possível, considerado, porém, o princípio da necessidade militar. As Regras de Haia proíbem o ataque ou bombardeamento de cidades, vilas e outros alvos civis indefesos. Quando possível, impõem que sejam tomadas as medidas necessárias para resguardar prédios dedicados a religião, arte, ciências ou propósitos humanitários, tal como fizera o Código Lieber. As Regras de Haia prescrevem, ainda, o dever de avisar sobre o bombardeamento, sempre que possível, e a proibição da pilhagem.

A ponderação entre os princípios da distinção e o da necessidade não era ignorada pelo Código Lieber, que admitia a destruição de quaisquer alvos e a morte de quaisquer pessoas quando, alvos ilegítimos, não podiam ser apartados dos alvos

legítimos e quando a manobra significasse proximidade do fim do conflito.

Para arrematar (talvez poderia ter iniciado este artigo com tal menção), o Código Lieber estipula que a paz é a condição normal entre as nações civilizadas e a guerra a condição excepcional, destinada, tão-somente, à renovação da paz. Para consegui-la, não poderiam as partes em conflito agir com hostilidade tal de forma a dificultá-la. O que dizer de humilhações reiteradas e, sobretudo, da solução, sequer de conflito internacional (para o qual a regra é a solução pacífica de controvérsias) mas apenas de dúvida sobre a obediência a regime internacional de desarmamento pelo expediente da guerra?

A nova Era Bush tem inspirado, mormente nas artes, a crítica dos valores sociais corrompidos e corruptores do mundo cão, instando os homens a se repensar. Com o receio da reificação, talvez os Estados também devam se prestar a esse exercício de auto-análise. Afinal, “quem olha para dentro”, segundo Jung, “acorda”. No caso dos Estados Unidos, esse olhar bem poderia significar o resgate de seu passado grandioso e digno de contribuição ao Direito Internacional dos Conflitos Armados.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

Uma Ilha, Duas Taiwans

Paulo Antônio Pereira Pinto*

Eleições para a renovação da liderança de Taiwan, em 20 de março de 2004, evidenciaram que não existe uma identidade cultural taiwanesa consolidada. Ademais, a pequena margem de diferença a favor dos vencedores – menos de 1% do total de 13 milhões de eleitores – foi motivo de grande insatisfação dos perdedores, que promoveram uma série de distúrbios, buscando o cancelamento do pleito. Na véspera do comparecimento às urnas, o líder Chen Shui-Bian e sua Vice Annette Lu foram vítimas de atentado a tiros, na cidade de Tainan.

Verificou-se, então, que a sociedade taiwanesa encontra-se rachada ao meio – dividida entre “duas Taiwans”. Uma – dos seguidores do Kuomintang, liderados por Lien Chan e derrotados no referido pleito – que ainda considera a inserção em “Grande China” futura. A outra – vencedora e reeleitora do Partido Democrático Progressista (PDP) de Chen Shui-Bian – que pretende seguir o rumo independentista.

Assim, o PDP de Chen Shui-Bian, durante a campanha eleitoral iniciada no final do ano passado, procurou defender, como plataforma para sua reeleição, a existência de uma identidade cultural própria taiwanesa, como argumento para a independência da ilha.

Lembra-se que, a partir de 9 de julho de 1999, quando o ex-líder Lee Teng-hui – então Presidente do Kuomintang – declarou a existência de um Estado em cada margem do estreito, autoridades locais e simpatizantes buscam a formulação de discurso que proporcione mecanismo de sustentação ideológica para a soberania de Taiwan como “entidade política

independente”. Tentam, então, justificativas históricas que defendam a noção de que não existe, no momento, apenas “uma China”.

Recentemente, busca-se provocar debates sobre se os taiwaneses teriam suas próprias tradições e quanto e quais destas poderiam ser consideradas cultura “nativa” e quais “estrangeiras”. Na realidade, como consequência de ter sofrido períodos de domínio colonial por “imperialistas ocidentais e japoneses e, por cerca de meio século, de governo imposto pelo regime estrangeiro do Kuomintang”, a “cultura nativa” de Taiwan há muito tem sido influenciada por elementos de diferentes partes do mundo, tornando impossível estabelecer clara distinção entre características “nativas” e “estrangeiras”, que ter-se-iam fundido para criar uma “cultura diversificada”.

Essa proposta, evidentemente, tem implicações para o processo de negociação através do estreito, na medida em que colocaria a idéia de que existem, em Taiwan, 23 milhões de pessoas com identidade cultural própria, com direitos a exercer “soberania” sobre o território que ocupam.

Segundo esta linha de argumentação, prevaleceria, hoje, uma China dividida, composta por duas entidades políticas, cada uma em seu lado do estreito, sem que parte alguma tenha jurisdição sobre a outra.

Os taiwaneses recusam, ademais, a proposta que lhes é feita de “um país, dois sistemas”, julgando-a anti-democrática, pelo fato de não levar em conta o direito de autodeterminação de seus 23 milhões de

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo são exclusivamente as de seu autor.

habitantes, acostumados a acreditar que são herdeiros, há 92 anos, de uma República da China, governada como “um país soberano”, a partir de Taipé. Não se trataria, assim, de um território colonial, como o de Hong Kong, que poderia ser reintegrado nos termos ditados por Pequim.

Em seu novo discurso, portanto, os teóricos de uma “Taiwan independente” passam a defender a idéia de que “uma China” deveria representar um objetivo a conquistar e, não, uma política a ser ditada por Pequim.

Todo este esforço, no entanto, foi interrompido por sucessão de incidentes, a partir de 20 de março último, que antecipam longo período de incertezas quanto ao futuro da ilha e evidenciam, na linha de raciocínio exposto acima, a existência de “duas Taiwans”. Uma presa ao propósito do reestabelecimento das estruturas impostas na ilha pelo regime de Chiang Kai-shek. A outra insatisfeita com o aparato institucional vigente, buscando a independência política, com base em suposta identidade cultural própria, na qual metade da população local demonstrou, com o voto, não acreditar.

Prevalece, então, a impressão de que as eleições de 20 de março representaram um marco, no sentido da evolução de “duas Taiwans”. Isto porque, ficou claro não existir, na ilha, uma sociedade civil unida, com noção consolidada e solidária de cidadania, ciente do direito de escolher seus dirigentes, a partir de

plataformas de governo claras. Pelo contrário, o que se notou foi uma população formosina dividida pela metade. Cada parte seguindo, incondicionalmente, um líder – seja Lien Chan, do Kuomintang, seja Chen Shui-Bian, do PDP.

Nessa perspectiva, verificou-se como era ilusória a imagem que o líder Chen Shui-Bian vinha divulgando, quanto à existência de uma identidade taiwanesa própria e abrangente, que viesse a justificar, mesmo, a independência política da ilha. A falta de “confiança social”, que se reflete nesse apego a dois grandes blocos com lideranças distintas, fica patente, também, nos mecanismos que vão sendo encontrados, até o momento, para superar os problemas criados a partir de 20 de março.

Assim, ao invés de ser fortalecida a moldura institucional vigente, as soluções previstas em lei vêm sendo substituídas por consensos ditados ou obtidos pelas facções em conflito.

Em suma, é bem diferente o clima vivido, no momento em Taiwan, daquele experimentado em março de 2000, quando Chen Shui-Bian foi eleito como líder, pela primeira vez.

Parecia, então, emergir uma Taiwan habitada por sociedade civil que expressava vontades de diferentes setores, disposta a escolher destino único, com o fortalecimento de instituições democráticas e revezamento no poder.



Homens de boa fé: as negociações de paz entre israelenses e palestinos

Hussein Ali Kalout*

A paz entre palestinos e israelenses está cada vez mais distante, sobretudo quando o árbitro do processo de negociação, a única e incontestável superpotência mundial, apóia de forma incondicional um dos lados. A falta de diálogo abre as portas para a ascensão de políticos cada vez mais radicais. As negociações de paz estão estagnadas, e, em curso, verifica-se um processo de franca deterioração das relações entre palestinos e israelenses. O número de assentamentos ilegais cresce a cada ano, assim como os atentados suicidas perpetrados por grupos extremistas palestinos contra a vida de inocentes israelenses. A espiral de violência parece não ter fim, e o nível de hostilidade e de intolerância entre as partes transformou a paz em meta inalcançável.

Palestinos e israelenses usam os mesmos princípios, os mesmos conceitos e, às vezes, as mesmas palavras, porém, com diferentes significados. Em seu compartilhado repertório vocabular, encontram-se termos tais como pátria, liberdade, justiça, paz, segurança e democracia.

Em Israel, toda iniciativa internacional destinada a acabar com o conflito passa por três estágios: desconfiança, negação e, por fim, liquidação. Esse processo tornou-se uma política contínua desde a criação do Estado de Israel. São 56 anos de conflito, durante os quais tanto o Trabalhismo quanto o Likud lograram êxito em elidir todo plano de paz apresentado. Os sucessivos governos israelenses, desde 1967, sempre buscaram obter o prêmio da “normalização” sem entregar os “bens”, a retirada dos territórios ocupados. A protelação das negociações e o desrespeito às resoluções 242, 338, 1397 e 1515 do Conselho de Segurança das Nações

Unidas, com base nos princípios da Conferência de Madri e no princípio “terra em troca de paz”, aniquilaram o ímpeto das propostas de paz.

Por sua parte, as autoridades palestinas não têm empreendido esforços para conter os grupos extremistas. E cometem grave equívoco ao se utilizar dessa tática como meio de pressão para a criação de seu Estado. Além disso, a política de assassinatos seletivos levada a cabo pelo governo israelense demonstrou-se ineficiente e contraproducente para a consecução de uma paz justa e duradoura na região.

O último encontro com chances reais de alcançar a paz ocorreu na Cúpula de Camp David, em julho de 2000, sob a mediação do então Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, quando o então Premiê de Israel, Ehud Barak, declarou ter oferecido ao Presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, a faixa de Gaza, 97% dos territórios ocupados da Cisjordânia e mais o controle palestino sobre a parte árabe de Jerusalém. A proposta israelense não foi tão generosa quanto pareceu, mas poderia ter servido como base para futuras negociações.

Por não ter firmado um acordo definitivo, Arafat foi acusado de ser um interlocutor não confiável para negociar a paz, aos olhos de analistas e políticos americanos e europeus. O Presidente da ANP cometeu um erro fatal, ao se calar, permitindo, assim, que a versão israelense das negociações, respaldada pelos norte-americanos, dominasse o noticiário internacional. Naquela ocasião, foi empreendida uma batalha de opinião pública, perdida pelos palestinos.

Os israelenses, inteligentes planejadores, empregaram, como habitualmente o fazem, dois torpedos mortais de seu arsenal: o congresso e a mídia

* Professor de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e especialista em Oriente Médio.

americanos. Para melhor explicar isso, William Rogers, Secretário de Estado do Presidente Nixon, propôs um plano de paz que incluía a retirada de Israel para a fronteira anterior a 1967, com “mudanças insubstanciais”. Israel disparou os seus torpedos e fez Rogers afundar juntamente com seu plano. Não tardou até que fosse substituído por Henry Kissinger.

Na reunião de Camp David, a proposta dos negociadores israelenses, recusada pela Autoridade Nacional Palestina, condicionava a oferta de 97% da Cisjordânia a um “leasing” de 99 anos de uma faixa de 12% desse território, incluindo toda a margem ocidental do Rio Jordão. Uma proposta conciliatória foi apresentada pelos americanos em que Israel manteria 9% do território palestino cedendo em troca 1% do território israelense. Os israelenses rejeitaram a proposta americana e apresentaram uma contra-proposta na qual pleiteavam reter definitivamente 6% dos 9% da Cisjordânia e ainda, dois terços da margem ocidental do rio Jordão. Os palestinos, em contrapartida, estavam dispostos a ceder 4% do território ocupado da Cisjordânia e queriam a ampliação de 1% para 3% do território israelense.

No que concerne a Jerusalém, palestinos e israelenses não chegaram a um denominador comum sobre a soberania e a segurança da “cidade sagrada”. O ponto de discórdia foi a exigência israelense de incluir no acordo uma cláusula de segurança que previa a intervenção das Forças de Defesa de Israel a qualquer momento, mediante declaração unilateral de estado de emergência, na parte árabe de Jerusalém, incluindo a Esplanada das Mesquitas. Seguiram-se disso fortes reações por parte dos negociadores palestinos, os quais rejeitaram a proposta sob o argumento de que sua soberania seria limitada.

A proposta americana reservava a parte superior da Esplanada das Mesquitas para os palestinos e a parte baixa, contendo o Muro das Lamentações, para o Estado de Israel. Há de reconhecer, no entanto, que, pela primeira vez, Jerusalém entrara na discussão de um acordo de paz.

A questão mais sensível do processo de negociação ainda estava por ser encaminhada. A discussão sobre o retorno dos refugiados palestinos, expulsos quando da criação do Estado de Israel, em 1948, representaria o estopim do encontro. Quando a delegação palestina chegou a Camp David, a então Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, insistiu em que não haveria negociações sobre os refugiados. A proposta americana fere a resolução nº 181 do Conselho de Segurança da ONU, que prevê o direito de retorno, bem com o pagamento de compensações pelas propriedades confiscadas pelo Estado de Israel desde 1948. Para os palestinos tal posição era inaceitável no âmbito de negociações destinadas a celebrar um acordo definitivo.

Outrossim, os israelenses demandavam total soberania sobre o espaço aéreo e marítimo e não admitiam, sob aspecto nenhum, uma soberania conjunta das estradas que ligam a Cisjordânia à faixa de Gaza ou uma parte da Cisjordânia à outra. Essas medidas, efetivamente, ilhariam e estrangulariam a economia do futuro Estado Palestino.

Arafat cometeu falhas estratégicas crassas. Primeiro, ao não denunciar todas as cláusulas de segurança que os israelenses queriam ditar no acordo. Segundo, por utilizar a “Intifada” como instrumento de pressão para fortalecer sua posição nas negociações, o que redundou no fracasso dos encontros subsequentes, em Paris e no balneário de Sharm el-Sheik, no Egito. Terceiro, os negociadores palestinos erraram ao pensar que Barak venceria Ariel Sharon nas eleições. E por fim, a precipitação palestina na busca de um acordo amplo sem a negociação do processo em etapas. Ademais, naquele momento eleitoral, o governo Barak não gozava de amplo apoio popular para efetuar importantes concessões.

A impaciência de Arafat, o fim do mandato do Presidente Clinton e a falta de apoio interno e de propostas justas por parte do governo Barak confluíram para o malogro da Cúpula de Camp David.

Desde a vitória de Sharon, em 2001, o processo de paz está estagnado. Sharon, ao optar por ações que conduzem à destruição da infra-estrutura da Autoridade Nacional Palestina e ao uso de violência desproporcional, sepultou os princípios dos entendimentos de Oslo. Dos acordos de Oslo, restou, apenas, o reconhecimento do Estado de Israel pela Autoridade Nacional Palestina. Pouco mais de 60 países reconheciam Israel antes dos acordos, e, atualmente, são mais de 110 Estados.

Os membros do Quarteto (Estados Unidos, Rússia, ONU e União Européia), patrocinadores do Mapa do Caminho, empenham-se em buscar uma solução negociada para o conflito, porém esbarram em um problema relacionado ao círculo vicioso do conflito. O apoio incondicional dos Estados Unidos ao Estado de Israel acaba, dessa maneira, alijando e deslegitimando os demais participantes e suas propostas. A idéia de lançar um Estado Palestino independente, coeso, soberano e economicamente viável, em 2005, é no mínimo surreal, enquanto Sharon e Bush estiveram à frente de seus Estados.

Para se alcançar uma paz verdadeira, justa e duradora, são necessários homens de boa fé. Líderes dispostos a negociar a paz e a concórdia em termos

justos, com base no Estado de Direito e na equidade entre as nações. Sadat e Begin não eram exatamente homens de paz, contudo eram, homens de boa fé. Sadat foi a Israel por iniciativa própria. Em discursos no Knesset, reconheceu o Estado de Israel e lançou propostas para a paz entre os dois países. Esta aproximação foi vista como um ato diplomático de reconhecimento mútuo e levou egípcios e israelenses, em 1979, a um acordo de paz definitivo, celebrado em Camp David, onde o Sinai foi devolvido ao Egito, em 1982.

Yasser Arafat, Presidente da Autoridade Nacional Palestina, está alijado e sem poder para atuar em uma futura negociação. Já não é o mesmo homem das negociações de Oslo. Ariel Sharon definitivamente não é um homem de paz, tampouco um homem de boa fé. O seu histórico fala por si. Bush, em recentes declarações que soaram como um golpe à causa palestina, ao negar o direito de retorno dos refugiados palestinos e de não devolução de parte dos territórios ocupados, fato que pode ser visto como ponto de ruptura na diplomacia americana, provou desconhecer a realidade e a complexidade do que é o caldeirão chamado Oriente Médio.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2004 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

A Europa cresce: 15 + 10 = a nova União Européia

Estevão Chaves de Rezende Martins*

1º de maio de 2004: a Europa se expande. Dez novos países ingressam na União Européia. A Europa dos Quinze passa a ser a Europa dos 25. Dos dez novos países da União Européia, oito pertenciam à esfera de influência e dominação da União Soviética até o final dos anos 1980: Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia, Eslovênia, República Checa e Hungria. Dois são ilhas do Mediterrâneo: Malta e Chipre. É a primeira “leva” de países do Leste europeu a aderir à União.

A adesão desses dez países aumenta o território da União Européia em cerca de 25%. A população global dos 25 países alcança cerca de 455 milhões de habitantes. O produto interno bruto – a capacidade econômica do novo clube dos 25 – cresce de 404 bilhões de euros e perfaz a respeitável soma de 9,5 trilhões de euros (cerca de 11,4 trilhões de dólares ou algo em torno de 30 trilhões de reais). A circulação de exportações – dentro da nova EU e com seus parceiros – chega a quase três bilhões de euros (3,6 bilhões de dólares). Se a União Européia, ao tornar-se maior, ficará também mais forte, é uma questão ainda aberta. As diferenças entre a União Européia construída paulatinamente desde os anos 1950 até hoje, e seus novos membros a partir de 1º de maio são muito grandes. Há diferenças culturais, sociais, políticas, econômicas e financeiras. O período de reformas políticas e econômicas, nos países do Leste europeu, adotadas em ritmo acelerado nos últimos 14 anos, tiveram de lidar com o pesado legado do regime comunista, com a imposição da democratização e da prática dos direitos humanos, com o imperativo da economia

de mercado, com as exigências de recuperar um imenso tempo perdido. Perdido em relação à prática da democracia representativa, à iniciativa econômica em um regime de concorrência acentuado sob as duras condições da globalização, ao tempo indispensável à decantação cultural das práticas sociais por parte dos cidadãos.

A adesão desses países, agora, não é nada súbita. Negociações, acordos, transições e outros instrumentos foram cuidadosamente acertados ao longo dos anos de candidatura e de aproximações. É certo que há distâncias a serem cobertas. Se tomarmos a UE dos Quinze como índice 100, nenhum dos novos está no mesmo patamar: Chipre (80), Eslovênia (69), República Checa (57), Malta (55), Hungria (51), Eslováquia (47), Estônia (42), Polônia (40), Lituânia (38), Letônia (33). A Polônia, o país mais populoso do novo grupo, só dispõe de 40% da renda média européia de hoje. O sistema de produção agrícola – ponto sensível da política da UE –, a infraestrutura industrial, os valores médios das remunerações nos setores privado e público, as taxas de escolaridade e de profissionalização, são todos campos em que será necessário seguir planos intensivos de investimento e modernização. Isso se faz necessário, dentre outros fatores, por causa da distribuição da população economicamente ativa. Tomemos como exemplo dois vizinhos: Alemanha e Polônia. Na Alemanha, 69% dos trabalhadores estão no setor de serviço, 29% na indústria e só 2% na agricultura. Ninguém duvida que a agricultura alemã (como a francesa, aliás), apesar de usar pouca mão-de-obra, tem um alto índice de produtividade. Isso significa

* Professor do Departamento de História e do programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

mecanização, ou seja: agro-indústria. Na Polônia, 31% dos trabalhadores atuam na agricultura. Trata-se de um índice que representa um estágio de produtividade agro-industrial situado abaixo do da Alemanha. Essa questão, como a do desemprego, pertence à agenda desde o início das negociações com os novos membros, a partir de 1995.

A Europa dos 25 tem ainda um contencioso não resolvido. Desde 2002, quando se adotou em Nice (França) o tratado dos Quinze que prepararia o caminho para a reforma do sistema decisório da União, inúmeros aspectos das regras comunitárias (composição e funcionamento da Comissão Européia, pesos dos votos e sistema de votação, repartição de competências e jurisdições entre os estados-membros e a União e assim por diante), pouco ou nada avançaram. A Convenção para o Futuro da Europa, que funcionou de fevereiro a junho de 2003 e da qual já participaram os países candidatos com ingresso marcado, adotou um ante-projeto de tratado constitucional (a “Constituição da União Européia”), no qual muitos desses pontos são equacionados. Mas por enquanto só em tese. Os decisores – chefes de Estado e de Governo dos Quinze e, em breve, dos 25

– não conseguiram chegar a um entendimento sustentável, nem entre si nem com todas as forças políticas de seus países. Assim, a Europa passa a ter 25 “sócios” sem um estatuto consolidado. Uma tarefa urgente e ingente.

A história da integração européia, contudo, ao longo de seus cinquenta anos até hoje, dá sinais positivos. As dificuldades sempre acabaram superadas por estratégias regulares e bem sucedidas de negociação e entendimento. Os dirigentes europeus sempre preferiram elaborar soluções de compromisso aceitáveis para todos em prazos por vezes dilatados do que forçar conflitos que conduziriam a impasses. O ideal europeu da paz e da prosperidade se faz tanto no ritmo que se considera realista, sem os artificialismos das promessas depois descumpridas. Paciência, perseverança e persistência são algumas das formas dessas estratégias. É patente que os novos estados-membros confiam nessa equação de longa duração para consolidar suas novas formas de vida e para fazer a União Européia uma realidade que um dia coincida com a Europa dos valores, dos direitos e da cultura, cujas crises do passado quer-se ver definitivamente superadas.



O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Uma Questão de Credibilidade: Bush, o Iraque e 11/09

Cristina Soreanu Pecequilo*

Desde que a presidência Bush assumiu a Casa Branca em 2000, uma grande parte de seu tempo vem sendo dedicada a administrar crises relativas a sua idoneidade e capacidade. A primeira destas crises foi gerada mesmo antes dos republicanos chegarem a Washington durante o processo de contagem e recontagem dos votos da eleição de 2000. Até 11/09/2001, como resultado destes acontecimentos prévios, pairava sob o governo uma dúvida constante acerca de sua legitimidade, criticando-se suas posturas agressivas e pouco cooperativas no sistema internacional. Posteriormente, os atentados terroristas levaram a uma união dos EUA e do mundo em torno de Bush, proclamando-se o início de uma nova fase na hegemonia na guerra multilateral contra o terror global. Bastante curto, este período de retomada do velho estilo de liderança foi substituído pela retórica do Eixo do Mal, a Doutrina Bush e seus ataques preventivos, culminando com a invasão do Iraque em 2003¹. Completando um ano, esta invasão continua cercada de muitos questionamentos, gerando pressões constantes sobre a credibilidade de Bush, também havendo o ressurgimento constante de denúncias acerca da inabilidade americana em impedir 11/09, examinando-se os efeitos destes eventos na dinâmica deste ano eleitoral.

Começando pelo Iraque, o primeiro ano da ocupação foi “comemorado” em meio a uma onda de violência sem precedentes detonada pela assinatura da Constituição provisória no Conselho de Governo Iraquiano (CGI). Tal Constituição institui no

Iraque um Estado federado secular organizado em torno de critérios geográficos e históricos, que possui o Islã como religião oficial, o árabe e o curdo como línguas. Além disso, prega a igualdade dos direitos civis, a liberdade, independente de sexo, inclinação política ou religião. Percebida inicialmente pelos americanos como uma forma ideal de indicar de que as forças de ocupação estariam efetivamente preparando a transferência de soberania para o povo iraquiano, a nova lei, entretanto, gerou o acirramento da resistência, em particular da facção xiita liderada por Al-Sadr. Igualmente, dependendo da região do país, antigos aliados de Hussein e grupos variados também empreendem atividades de guerrilha contra as tropas terrestres e seus interesses no Iraque².

Tal resistência passou a se manifestar pela intensificação aos ataques às forças americanas, optando também por uma tática alternativa para atingir não somente os EUA, mas principalmente seus aliados: o sequestro de civis de diversas nacionalidades que são submetidos diante das câmeras a ameaças, indicando que sua libertação (ou mesmo sua vida) somente estará assegurada caso seus países de origem retirem suas tropas do Iraque. Chantagem similar também foi realizada em uma suposta gravação de Bin Laden, na qual o líder da Al-Qaeda oferece uma trégua (rejeitada) às nações européias caso se distanciem dos EUA e deixem de apoiar suas políticas. Contudo, uma baixa já ocorreu na coalizão: a Espanha anunciou que irá retirar suas tropas do Iraque, uma das promessas de campanha do Primeiro

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Professora de Relações Internacionais (UNIBERO), Colaboradora RELNET/UnB e Pesquisadora Associada NERINT/UFRGS.

¹ Todos estes temas foram abordados em textos de *Conexão América*, disponíveis neste *site*. Este artigo foi finalizado em 23/04/2004.

² Sobre este tema e demais relacionados à reconstrução do Iraque e a ocupação americana, ver GORCE, Paul-Maria de la. “Iraq: the poswar conflict”. *Le Monde Diplomatique*. English Edition. March 2004. www.mondediplo.com

Ministro recém-eleito, Zapatero, e uma atitude também ligada aos atentados de 11 de Março neste país. O líder anterior Aznar foi o primeiro, que reconhecidamente apoiou Bush, a perder seu cargo.

Ainda que este tipo de radicalização não represente a maioria dos grupos políticos domésticos que tentam se reorganizar para ocupar o vácuo de poder deixado pela deposição e depois prisão de Saddam Hussein, muitos setores moderados não reconhecem a legitimidade desta lei provisória e do CGI. Assim, a resistência não se dá somente em termos de violência, mas também de protestos políticos e manifestações organizadas, que pedem espaço e reformas nas práticas americanas. A despeito de suas divergências quanto aos métodos de manifestar sua insatisfação, as forças internas iraquianas concordam em torno de dois fatores essenciais: a ausência de legitimidade do CGI, visto como um organismo de fachada para o domínio político dos EUA do Iraque, sustentado em seus aliados (principalmente o antigo exilado Ahmad Chalabi) e não representando as forças locais, e a contrariedade com relação à permanência das tropas de ocupação depois da transferência de poder em Junho. Igualmente, existe ressentimento contra a presença das empresas multinacionais de reconstrução no Iraque e diante do limitado ritmo desta mesma reconstrução. Antes de investir na reestruturação política e econômica do Estado iraquiano em si, a prioridade das forças de ocupação foi a de viabilizar a exploração e transporte do petróleo.

Frente a estas críticas e a deterioração da situação, os americanos contestaram estas alegações, indicando que o processo de reconstrução tem sido lento dada a extensão da destruição promovida por Hussein. Com relação à presença de tropas,

americanas e aliadas, a justificativa reside na atual incapacidade do país em garantir, sozinho, sua proteção. Seja em termos de proteção externa como interna, nem exército ou polícia iraquianas, estariam ainda prontas para assumir a responsabilidade da defesa, sendo ainda treinadas e capacitadas pelas forças de ocupação. Todavia, assim que esta capacitação estiver garantida, a transferência de responsabilidades será plena. Por fim, no que se refere à questão mais sensível da transferência da soberania em Junho e de quem assumirá, dentro do Iraque, o comando do novo governo, a discussão é mais sensível. Inicialmente, a previsão era de que este mesmo CGI seria o mandatário desta autoridade, fato que continua gerando tensões³.

Diante deste impasse, a solução americana e britânica, divulgada na última cúpula Bush/Blair⁴ (convocada para dissipar rumores de que a aliança estaria se quebrando) foi apoiar as Nações Unidas e seu enviado especial no Iraque, Lakhdar Brahimi, para prosseguir estudos sobre a transição iraquiana, visando uma alternativa ao CGI. Tal alternativa é representada pelo Plano Brahimi que prevê a manutenção da transferência do poder a um corpo iraquiano em Junho, mas sob supervisão das Nações Unidas e com integrantes escolhidos com mais base interna do que o CGI, o que lhe garantiria maior legitimidade. Bush e Blair ainda reafirmaram seu compromisso com a guerra anti-terror e a construção de um Iraque democrático, não levantando polêmicas sobre o tema das ADMs. O assunto ADMs é evitado por ambos, desviando o argumento: afinal, Saddam Hussein, com ou sem armas era perigoso e, o mais importante foi alcançado, a sua deposição e o exemplo para outros ditadores (e, mais uma vez, a questão da credibilidade é levantada ao se julgar uma ação de Bush)⁵.

³ O cronograma original previa para 2005 a eleição de uma nova Assembléia Nacional para escrever a Constituição definitiva do Iraque eleições gerais para Dezembro deste mesmo ano, criando um novo governo.

⁴ Press availability- George W. Bush and Tony Blair, April, 2004. www.state.gov

⁵ O caminho para a guerra do Iraque e as disputas intra-Executivo são o tema do livro *Plan of Attack* de Bob Woodward. Uma das fontes de Woodward teria sido o próprio Secretário de Estado Colin Powell, tradicional opositor de intervenções similares e contrário aos falcões, fato rapidamente desmentido pela Casa Branca.

Adicionalmente, Bush e Blair mantiveram seu discurso quanto ao plano regional de democracia e desenvolvimento para o Oriente Médio, evitando entrar em detalhes. No caso, é neste ponto que Bush e Blair mais se distanciam uma vez que George W. Bush demonstra incondicional apoio a Ariel Sharon, algo não compartilhado por seu colega britânico. Os detalhes que foram evitados referem-se, especificamente, a polêmicas declarações de Bush a respeito das negociações de paz. Segundo o presidente americano, ao parabenizar Sharon por propor uma retirada unilateral de Gaza, os palestinos deveriam aceitar a presença de Israel em parte dos territórios ocupados em 1967 e abandonar a reivindicação do retorno de refugiados. Não é preciso dizer que estas idéias foram amplamente rechaçadas pela comunidade palestina, árabe e mundial.

Anteriormente, estes temas já haviam sido abordados por Bush em um pronunciamento em rede nacional⁶, negando intenções imperiais americanas no Iraque e descartando qualquer recuo diante das ameaças. De acordo com Bush, o fracasso no Iraque é uma alternativa impensável uma vez que colocaria em risco todo o sistema internacional e o povo americano, representando fraqueza. O presidente declarou que os engajamentos americanos serão mantidos no país e, se preciso, ampliados, com mais tropas, em benefício das forças da democracia e da liberdade. Outro ponto fundamental do discurso foi o de dissipar mais uma crise de confiança, agora relativa à maneira como a Casa Branca lidou com a ameaça do terror pré-11/09.

Bush negou acusações de displicência e desinteresse seu e de seu *staff* pelo tema, rebatendo acusações de Richard Clarke, ex-funcionário de Clinton e de seu próprio governo que afirma que o atual presidente não levou a sério seus avisos e dos serviços de inteligência CIA e FBI a respeito do perigo do terror.

O FBI, segundo Clarke, teria sido o órgão oficial mais negligente uma vez que monitorava os sequestradores de 11/09, mas não foi capaz de manter sua vigilância e impedir sua ação. As denúncias de Clarke foram publicadas em seu livro *Against All Enemies* e foram ouvidas na Comissão Bipartidária Independente que investiga os atentados de 11/09. Já em funcionamento há um certo tempo, esta Comissão havia saído da mídia, para voltar com toda força neste momento. O núcleo da controvérsia era o conteúdo de um relatório diário encaminhado à presidência, que posteriormente foi liberado pela Casa Branca, tentando evitar mais crises, no qual existiriam indícios claros de um ataque terrorista aos EUA.

Afirma-se neste relatório que, “Membros da Al-Qaeda – incluindo alguns que são cidadãos americanos – tem morado e viajado por anos dentro dos EUA. Este grupo, aparentemente, possui uma estrutura que poderia ajudar a dar apoio a ataques (...) Informações do FBI indicam padrões de atividade suspeita neste país, consistente com a preparação de seqüestros e outros tipos de ataque, incluindo a vigilância de prédios federais em Nova Iorque⁷”.

Porém, pelo menos nesta parte que foi liberada, o documento revela não ser de fato específico, sendo apenas um alerta da necessidade de aprofundamento de investigações. A defesa de Condoleezza Rice, Assessora de Segurança Nacional, colocada por Clarke como uma das principais responsáveis pela inação americana foi sustentada justamente nestas premissas. Rice argumentou que nenhum dos relatórios que chegou às mãos da administração oferecia evidências reais de um “smoking gun” e não teria existido uma “silver bullet” para impedir 11/09 (em termos leigos, não existiam sinais evidentes de ataque ou formas práticas de impedi-lo). Clarke, contudo, não nega este fato, questionando, essencialmente a atitude republicana. Como

⁶ Text of Bush Speech and Interview. www.usatoday.com, April 13, 2004

⁷ Text of the President’s Daily Brief for August 6, 2001. April 11, 2004 www.nytimes.com

mencionamos, uma atitude classificada de displicente, tratando o terrorismo como uma questão marginal para a segurança americana, contrariando indícios existentes desde o primeiro governo Clinton. Clinton e sua equipe, no caso, sempre estiveram, na versão de Clarke, muito mais atentos e dispostos a escutar e trabalhar com estas informações.

Eleitoralmente, toda esta somatória de crises ainda não teve o efeito profundo que se esperaria na *performance* de Bush. Observando-se os números das pesquisas, facilmente percebemos um público ainda confuso, marcado pelo medo, que oscila entre os candidatos republicano e democrata. Tal situação, revela, no fundo, uma relativa vantagem de Bush, uma vez que parece haver um certo temor de mudar em direção a um novo nome (popularmente, o “ruim com ele, pior sem ele”), e a preferência por temas relativos ao terrorismo e não às questões domésticas. Neste sentido, 60% dos americanos ainda percebem Bush como o melhor líder para administrar as ameaças terroristas e o Iraque. Além disso, 57% dos americanos apoiariam o envio de mais tropas ao Iraque caso necessário e 52% da população acreditam que não só no Iraque, mas dentro de casa, Bush está fazendo um bom governo. A mesma porcentagem, 52%, acredita, entretanto, que Kerry também poderia ser um bom líder, principalmente na economia (57% acham que o democrata resolveria o problema do desemprego) e reformaria a assistência social e a previdência (54% pró-Kerry). Como pessoas, ambos tem boa aceitação do público, considerando-os capazes de serem presidentes⁸.

Este cenário é verificado ao se analisar a corrida presidencial. Bush e Kerry seguem empatados

tecnicamente (margem de erro entre 4 a 5% das pesquisas) e seus nomes alternam-se na liderança das pesquisas. Na primeira semana de Abril, a revista *Newsweek* divulgou dados que indicavam que Kerry liderava esta corrida com 50% das intenções de voto contra 43% de Bush⁹. Pouco tempo depois, no dia 19 de Abril, as posições estavam invertidas, 50% de Bush e 44% de Kerry na pesquisa do jornal *USATODAY/GALLUP*. Como levantado no artigo anterior¹⁰, o equilíbrio é muito grande e a margem entre os candidatos pequena, o que sugere uma eleição apertada como 2000. No momento, Kerry parece estar em uma posição defensiva, arrecadando fundos, sem definir seu vice, preservando-se para o segundo semestre.

Assim, por mais que sua credibilidade esteja sempre em xeque, os republicanos tem sido hábeis em administrar as pressões. As respostas de Bush a seus críticos e ao declínio de apoio popular vem sempre de forma aberta e sincera, mesmo que eventualmente demorem, procurando ressaltar a firmeza da Casa Branca diante de um mundo cada vez mais complicado. Não há, neste sentido, nenhuma atitude que possa ser vista (ou confundida) com um pedido de desculpas ou aceitação de erro, mas uma reorganização do argumento, desviando a discussão do conteúdo inicial pela colocação de uma nova idéia. Como vimos acima, o caso das ADMs no Iraque é um tipo ideal desta prática, concentrando-se no resultado de curto prazo, evitando recuperar o passado. Até o momento, isto tem funcionado, revelando faces preocupantes da dinâmica da atual sociedade e democracia americanas e mesmo mundiais, que aceitam, sem contestar, certas supostas verdades.



⁸ www.usatoday.com. April 19, 2004.

⁹ www.newsweek.com. April, 13, 2004.

¹⁰ PECEQUILO, Cristina S. “O ano eleitoral”. RELNET, 2004

O 11 de março espanhol: o preço das alianças

Thiago Gehre*

“... um príncipe deve ter o cuidado de não fazer aliança com um que seja mais poderoso, senão quando a necessidade o compelir [...] pois que vencendo, ficará prisioneiro do aliado.” (Maquiavel)

O atentado terrorista ocorrido na Espanha no dia 11 de março de 2004 nos leva à reflexão acerca das decisões em política externa, especificamente aquelas que se delineiam sob bases de interesses materiais, ou seja, a partir de uma visão concreta e realista da cena internacional. Neste sentido, uma das formas clássicas de se ocupar espaço nas relações internacionais refere-se à formação de alianças. Estas podem ser políticas, econômicas, culturais ou ideológicas; temporárias ou permanentes; de tempos de paz ou de guerra; ofensivas ou defensivas.

Neste sentido a aliança entre Estados Unidos e Espanha, concretizada nos Açores juntamente com ingleses e portugueses em março de 2003, tinha características diferentes para cada um dos lados, o que é crítico quando se trata de alianças. Para os espanhóis seria uma aliança política, econômica e permanente, mais importante para os tempos de paz, logo eminentemente defensiva. Enquanto para os norte-americanos seria uma aliança política, com fortes traços ideológicos, temporária, para os tempos de guerra e que fugisse da estrutura já existente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Assim, esta diferença entre visões e objetivos dificulta a formação de uma comunidade de interesses, que é a base para o sucesso de qualquer aliança. Ao mesmo tempo, a tendência estadunidense de ideologizar todos os arranjos do qual fazem parte na política internacional, torna-os unilaterais e com

riscos de se desfazerem diante da estrutura e conjuntura internacionais.

Durante os séculos XVIII e XIX a ideologia já era, juntamente com a identidade e complementaridade de políticas e interesses, um componente importante para a formação das alianças. A Liga dos Três Imperadores de 1783 bem como o Pacto da Santa Aliança de 1815 que enfatizavam a solidariedade do conservadorismo monárquico contra manifestações de subversão republicana, passando pela Carta do Atlântico que unia Grã-Bretanha e Estados Unidos na luta contra o nazi-fascismo, bem como o engajamento contra a subversão comunista do pós-2ª Guerra Mundial por meio da OTAN, são exemplos de alianças ideológicas.

Portanto, a decisão espanhola de integrar a coalizão de combate ao terrorismo global (fator ideológico), que *a priori* foi baseada numa concepção concreta dos possíveis ganhos políticos e econômicos que viriam de uma relação privilegiada com os EUA, se perderia por três caminhos: a) negligenciou o fato de que a distribuição das vantagens assim como a determinação das políticas é reflexo direto da distribuição de poder dentro da aliança, o que é totalmente desfavorável à Espanha; b) viu-se sufocada diante da ideologização do arranjo, que só apontava para o problema de uma suposta rede de terror global; c) se alinhou aos interesses alheios sem contrabalançar as demandas da outra parte.

* Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB).

Por um lado, como coloca Hans Morgenthau no seu clássico *Política entre as Nações*, o fator ideológico pode enfraquecer a aliança caso obscureça a natureza e os limites dos interesses comuns, que neste caso passaram a ser apenas os interesses norte-americanos, ao mesmo tempo em que exagere expectativas no que diz respeito a políticas e ações concertadas. Por outro, como ensina Martin Wight na sua obra *Política do Poder*, as alianças não são as amizades da política internacional e o auto-sacrifício, característica das amizades, não é permitido a governos cujo dever é proteger os interesses de seus povos.

Destarte, formara-se uma aliança desigual, cuja assimetria de poder proporcionava aos norte-americanos a possibilidade de ditar as principais linhas de ação ao mesmo tempo em que sufocava as outras partes com a ideologização do discurso de combate irrestrito ao terrorismo global sem que houvesse contrapartidas objetivas do ponto de vista material e muito menos garantias contra possíveis ataques.

Faltou um instrumento que determinasse o cumprimento das obrigações assumidas entre os integrantes de uma aliança, dentre elas o de responder a ataque a um dos aliados, como prevê o *casus foederis*, contido por exemplo no artigo quinto da OTAN. Ao contrário, coube ao lado mais fraco da

aliança honrar com a vida de seus cidadãos em razão dos interesses gerais da aliança, transformados em individuais pela ideologização do arranjo.

Assim, formar uma aliança com base em idéias de amizade tornou a Espanha vulnerável e fez com que seu povo pagasse com sangue os interesses e desígnios da superpotência, um erro de cálculo que custou o governo ao Partido Popular Espanhol (PP) e que pode representar, num futuro próximo, uma alteração nas próprias linhas de política externa espanhola, que passaria a privilegiar muito mais as relações intra-européias, no âmbito da União Européia, em detrimento das relações com Washington.

Enquanto Bush se apresenta ao mundo como um visionário, ao estilo Churchill, tentando mitificar a ação contra o terrorismo e o fundamentalismo islâmico como demandas de uma sociedade internacional global que se estrutura por meio de alianças, Aznar – ao contrário do presidente português que mostrou uma postura mais coerente de não envolvimento direto no conflito do Iraque – incorreria em erro tradicional aos países sul-americanos, de ilusões quanto aos ganhos advindos da associação irrestrita com EUA, numa clara demonstração de ingenuidade diante da realidade da política internacional. O príncipe pagou com seu poder diante de uma aliança mal articulada.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

América Latina, União Européia e a mundialização: perspectivas de um novo eixo econômico

José Ribeiro Machado Neto*

Francisco A. Wollmann**

A América Latina no início do século XXI, ainda está inserida nos efeitos do neoliberalismo voluntário, preconizado pelo consenso de Washington desde os anos 1980.

Os anos 1991-1994 registraram, sob efeitos da redescoberta do financiamento externo e das privatizações, uma recuperação econômica que a situou entre as zonas emergentes e promissoras do planeta. Em 1991 a taxa de crescimento do PIB alcançou 3,8%; em 1992, 3,2%; em 1993, 3,8%; e em 1994, 5,7%, mas continuou sendo receptiva de turbulências internacionais, cujos impactos imediatos são demonstrados pelas taxas de desemprego em 1991, 5,8%; 1992, 6,2%; 1993, 6,2%; e em 1994, 6,3%.

Apesar de alcançar expressivas taxas de crescimento econômico, quando o Ocidente ainda sofria os efeitos das crises asiática e russa e do gradual encolhimento da economia norte-americana, não logrou êxito em dissipar a herança da dependência econômica herdada há tempos, desde a última manifestação da divisão internacional do trabalho, cujas raízes históricas situam-se na política de tratados instituída pela Inglaterra nos séculos XVII, XVIII e XIX e na formação de um capitalismo tardio ou periférico.

A mundialização, caracterizada pela multidimensionalidade, representa a dimensão das trocas de bens e serviços e, inclusive, da mobilidade dos processos produtivos e da circulação de capitais financeiros. Além do mais, tende a çambarcar de

maneira muito rápida os efeitos da regulamentação dos regimes econômicos, fazendo valer a antiga constatação de que o sistema capitalista não pode funcionar apenas um país, logo a tendência à mundialização viabiliza a sobrevivência do capitalismo. Não obstante a América Latina ainda situar-se no espaço dual da dependência econômica, teórica e real, a nova tendência de formação de blocos econômicos regionais não a exime e nem a distancia das possibilidades de incorporação, tendo em vista que a concorrência entre a União Européia (UE) e da possível concretização Área de Livre Comércio das Américas (Alca), depois da neutralização dos impactos da unipolaridade político-militar, tende a radicalizar-se num futuro mais próximo que se possa imaginar.

A mundialização também está sendo vista como uma demonstração de forças do capitalismo em espaços territoriais previamente delimitados ou compartimentados, que o torna um fenômeno com múltiplas dimensões e uma complexa interdependência internacional, multinacional e global, preconizada pela dimensão financeira, cuja lógica situa-se na rentabilidade financeira medida pelo rendimento dos capitais investidos. À medida que esta tendência acentua-se, também fortalece-se o poder dos capitais financeiros, motivando dilemas nas economias emergentes, em particular as latino-americanas, com conseqüências visíveis nas discontinuidades na ordem econômica previamente estabelecida pelas relações centro-periferia.

* Professor da Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).

** Professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) e do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

A Europa, por sua vez, manifesta seu interesse de forma autárquica. Quer ancorar-se na estratégia econômica norte-americana na qualidade de aliado. Trata-se de uma demonstração de possibilidades de uma parceria transatlântica sólida, que exigiria uma Europa forte, um contrapeso essencial para transformar a Europa competidora numa Europa aliada. Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 mudariam, entretanto, o curso da nova aliança *euro-americana*, transformando a Europa num aliado exigente, valorizando-a além do que até a considerava apenas um ator no contexto dos impactos internacionais.

É mais do que evidente que a União Européia – mesmo antes da incorporação dos dez novos membros do Leste europeu, em 1º de maio – é um parceiro multilateralista indispensável para a América Latina, pois tem o maior mercado do mundo, com 455 milhões de consumidores e o PIB de US\$ 12,56 trilhões, sendo capaz de bloquear ações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, inclusive, considerada a maior doadora de fundos de assistência aos países em desenvolvimento.

Em contraponto, os Estados Unidos inseridos na doutrina O' Neill, segundo a qual, num mundo sem fronteiras o equilíbrio das contas externas é dispensável, tendem a valorizar a obsessão pelo petróleo, pois se admite que em 2010 as suas reservas petrolíferas estarão esgotadas, tornando a América vulnerável a qualquer bloqueio.

A obsessão pelo controle das fontes produtoras de petróleo e a inoportuna substituição da doutrina Monroe pela do Destino Manifesto e esta, pela doutrina Bush – por ser a nação mais poderosa do mundo, os Estados Unidos têm a responsabilidade especial de ajudar a tornar o mundo mais seguro – têm colocado os Estados Unidos como o principal responsável pelo declínio do universalismo político-econômico americano até há pouco tempo aceito como pedra basilar dos êxitos da globalização econômica.

O posicionamento unipolar virtual dos Estados Unidos, não obstante o poderio técnico-militar e, ainda

que, em gradual queda, a sua economia essencialmente monetária multilateral não pode inibir a aproximação da União Européia como o novo eixo econômico das zonas consideradas emergentes ou dos novos blocos regionais, ainda que estejam em formação ou, em fase de implantação, a exemplo da Alca.

Os insucessos das tentativas anteriores de aproximação do Mercosul da União Européia se deveram em grande parte aos efeitos da crise argentina, somando-se a isso, o *feeling autárquico* da política agrícola comum (PAC) e o não atingimento dos objetivos preconizados pela cúpula do Mercosul em Assunção, em 1991, referendados em Ouro Preto, em 1994.

Apesar que as relações políticas entre a América Latina e a União Européia estejam passando por momentos de definições, deve-se observar que nenhuma dessas regiões ainda é considerada estratégica para a outra, muito embora a importância da Europa para a América Latina seja, em diversos aspectos, maior do que a da América Latina para a Europa.

A presença econômica européia na América Latina foi hegemônica ao longo dos séculos XVIII e XIX, hoje superada agressivamente pela presença norte-americana, excetuando-se de certa forma, o Cone Sul, onde a Europa continua sendo o parceiro comercial mais importante e a primeira fonte de investimentos externos. Entretanto, a América Latina não ocupa ainda um lugar relevante nos interesses estratégicos europeus.

Pode-se admitir com clareza, que a intensificação do envolvimento dos EUA no Oriente Médio e, em outras partes do mundo poderá no curto prazo, alterar este quadro, favorecendo consideravelmente a América Latina, primeiramente com significativos aumentos dos fluxos de capitais e, posteriormente, com a diversificação e aumento de investimentos diretos em setores estratégicos de suas economias.

Considerando que os vínculos políticos europeu-latino americanos não devem se fixar apenas em instâncias internas, mas principalmente, nas relações políticas externas – a exemplo do que se acordou no

Grupo do Rio, em 1990 – e que ambas as regiões compartilham fortemente com o multilateralismo, torna-se necessário apressar os diálogos institucionais com temas globais, que alcançam, além de interesses econômicos, pluralismos políticos, migrações, proteção ambiental e direitos humanos.

A idéia que deve prevalecer não é a da substituição dos EUA pela União Européia no contexto das relações econômicas globais, mas sim a de que a noção de oportunidade deva prevalecer. Isto significa que a América Latina deva, de forma continuada,

envidar esforços para superar a fase não exitosa de aproximação realizada pelo Mercosul e, ainda, levar em consideração que a oferta de fluxos de capitais líquidos europeus é altamente significativa para suas economias. Certamente, não serão razões geopolíticas estratégicas que transformarão a América Latina num sócio particularmente confiável para a União Européia, mas as de identidade histórica e político-institucional, além de compensatórias dos impactos que poderão advir com o sucesso, ainda que duvidoso, da Alca.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial: Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br

O Governo do Brasil e a crise do New York Times

Ana Maria Oliveira*

Certos fatos deixam suas marcas indelévelis.

Ao decidir cancelar o visto do repórter Larry Rohter, que publicou matéria considerada ofensiva à imagem do presidente, o governo brasileiro contrariou o princípio da liberdade de informação, inscrito em nossa Constituição e encampado como valor precioso nas democracias ocidentais. Ainda que o jornalista tenha antes também desrespeitado este princípio, que deve ser exercido com responsabilidade, Lula precisaria ter agido com serenidade. Quando ele era sindicalista no ABC paulista, fazia freqüentes alusões ao comprometimento da mídia com os patrões e à desinformação por ela gerada. Seus assessores também deveriam tê-lo aconselhado de outra maneira.

À medida que cresce o debate nacional, fica evidente que a reação adequada às alegações feitas na matéria seria exigir reparação através da Justiça. Essa iniciativa estaria coerente com a omissão do The New York Times, cuja direção, contactada pela embaixada brasileira, negou-se a conceder direito de resposta ao governo brasileiro e alegou, posteriormente, que a matéria estava correta.

De outro lado, as avaliações sobre o comportamento do Times devem ser igualmente rigorosas. A matéria de Rohter é arrogante, tecnicamente frágil e reveladora de preconceito. Alguns trechos mostram estas posturas: “[...] Historicamente, os brasileiros têm razão para estarem preocupados com sinais de hábitos de abuso do álcool de seus presidentes. Jânio Quadros, eleito em 1960, foi um bebedor manifesto que um dia declarou: Bebo porque é líquido”. [...] Independentemente se Da Silva tem um problema com bebida ou não, o tema tem se infiltrado na consciência pública e se tornado alvo de piadas”. [...] “Especulação sobre os hábitos de

bebida do presidente têm sido alimentada por várias gafes e passos em falso que ele tem feito em público”.

O ponto crucial do artigo é quando Rohter avalia a capacidade de Lula conduzir o país. Diz : “O presidente tem ficado longe do alcance público nesses casos e tem deixado seus assessores encarregarem-se da maior parte do levantamento de peso. Essa atitude tem levantado especulação sobre se o seu aparente desengajamento e passividade podem de alguma forma estar relacionados a seu apetite por álcool. [...] alguns de seus conterrâneos começam a se perguntar se sua preferência por bebidas fortes não está afetando sua performance no cargo”.

O repórter do Times ouviu, como fontes de informação, o líder do PDT, Leonel Brizola, que hoje se situa na oposição, e dois colunistas de jornais. Ele alegou que, apesar de ter procurado entrevistar assessores do presidente, não obteve resposta.

Para um assunto tão perturbador como esse, envolvendo um chefe de Estado, Rohter deveria ter buscado mais fontes e trabalhado com rigor no levantamento dos dados. Fica latente a dúvida sobre até que ponto o Times estaria influenciado por setores interessados em desqualificar a liderança de Lula, que tem se destacado à frente do grupo de países em desenvolvimento.

Morando no Brasil há cerca de 20 anos, Rohter deve conhecer o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Este estabelece, entre outros artigos, que o trabalho jornalístico deve pautar-se pela precisa apuração dos acontecimentos, como também pela concessão do direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas na matéria. Os manuais de redação aconselham, por sua vez, que o jornalista não deve agir por preconceito. Durante a campanha eleitoral e

* Jornalista e professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

início de seu mandato, o presidente George W. Bush ficou célebre por diversas gafes que cometeu.

Existe uma controvérsia sobre até que ponto os jornalistas devem respeitar a privacidade das autoridades em exercício de função pública. Para alguns analistas, interessa certamente aos cidadãos saber mais sobre a conduta de seus dirigentes. A partir daí, gera-se o desafio: até onde e como os jornais devem noticiar determinados fatos envolvendo a vida privada das autoridades?

Avesso a certos tipos de assédio às autoridades, o jornal francês *Le Monde* deu exemplo de respeito ao limite entre o público e o privado, quando, durante o governo de François Mitterrand, avaliou como secundária ao interesse público a abordagem de que o presidente tinha uma filha fora do casamento. O *Le Monde* só tratou publicamente a questão por ocasião do funeral de Mitterrand, ao qual a moça esteve presente.

Ao longo dos últimos anos, o comportamento do *Times* não tem sido tão exemplar. Embora seu slogan seja “o compromisso com a verdade dos fatos”, o jornal passou por uma reforma profunda em julho do ano passado, depois da descoberta de que seu repórter Jayson Blair fraudava reportagens. A crise provocou a demissão de Blair, do editor-executivo Howell Raines, substituído por Bill Keller, a quem a embaixada brasileira pediu espaço de defesa, e do diretor de redação. No rol das mudanças, o jornal também anunciou a contratação de um ombudsman (chamado de editor público) para avaliar diariamente o conteúdo das matérias. Estes fatos ocorreram como uma reação à crise de confiança que começou a se instaurar contra o *Times*.

Em artigo publicado recentemente, o jornalista e ex-professor-visitante de universidade nos EUA, Carlos Eduardo Lins da Silva, faz uma avaliação negativa sobre o desempenho do *Times* e de outros veículos norte-americanos na cobertura recente de temas, como a guerra do Iraque. Ele afirma que, apesar de a grande imprensa norte-americana ter se

consagrado, em décadas passadas, no papel de “cão de guarda” da sociedade civil, a partir dos atentados de 11 de setembro, repórteres e editores colocaram-se “ostensivamente na condição de soldados à disposição do presidente George W. Bush em sua campanha contra o terrorismo”.

“O processo não tem sido diferente na questão do Iraque, primeiro experimento aplicado da Doutrina Bush. Os veículos de comunicação deram à administração passe livre na construção do caso contra o regime de Saddam Hussein”, acrescenta Lins da Silva. Complacente, a mídia limitou-se a reproduzir as alegadas afirmações de que o Iraque produzia armas de destruição em massa e representava uma séria ameaça à segurança dos Estados Unidos e da comunidade internacional.

Um dos momentos dessa atitude benevolente em relação ao governo ocorreu em 7 setembro de 2002, quando Bush e o premier britânico Tony Blair, em reunião em Camp David, afirmaram que um “novo relatório” da Agência Internacional de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas (AIEA) mostrava que o Iraque estava em condições de construir uma arma nuclear, no prazo de seis meses.

O *Times*, no dia 8 de setembro, publicou longo texto corroborando, com detalhes providos por fontes identificadas apenas como “autoridades americanas”, as alegações de Bush e Blair na véspera.

De forma diferente agiu o *The Washington Post*, cuja repórter Karen DeYoung registrou (no parágrafo 21 de seu texto) que, segundo um porta-voz da Agência, a AIEA não havia divulgado nenhum relatório novo sobre o Iraque. Entretanto, DeYoung não confrontou a Casa Branca com o desmentido da AIEA.

Para nós, brasileiros, incomodados com a repercussão negativa da matéria e da reação do governo, estes fatos vêm mostrar que, ao invés de agir autoritariamente contra a imprensa, nossas autoridades deveriam ter analisado todo o contexto da matéria para, depois, com serenidade, definir a melhor solução para o problema.

Petróleo: efeitos da Segunda Guerra do Golfo

Virgílio Arraes*

Independentemente da justificativa a ser utilizada para a ida ao Iraque, havia dois objetivos principais estabelecidos pelos planejadores norte-americanos: o estabelecimento de um regime neoliberal formalmente democrático e a garantia de petróleo barato, farto e de fácil acesso, de forma que, ao assumir o controle político do país, os Estados Unidos proporcionar-se-iam uma imensa plataforma sub ou inexplorada de recursos petrolíferos no coração do Oriente Médio.

Dentro das expectativas otimistas, o Iraque seria a ampliação do processo de construção estatal afegão, com vistas à mudança da paisagem sócio-política da região. Com a interrupção das sanções econômicas internacionais, a cargo das Nações Unidas, a retomada dos lucros da extração do valioso recurso natural do país permitiria aos norte-americanos reconquistar 'mentes e corações' dos cidadãos, ao prover-lhes lentamente melhoras materiais, principalmente por meio da reconstrução da infra-estrutura.

Como contrapartida, os Estados Unidos diminuiriam sua dependência em relação a países exportadores importantes que são considerados instáveis tanto de curto – Venezuela, em virtude da postura nacionalista do atual Presidente Hugo Chavez – como de longo prazo – Arábia Saudita, em face do antiamericanismo presente na população.

De seus dez principais fornecedores – incluindo o Iraque temporariamente sem soberania –, apenas três – Canadá, Grã-Bretanha e Noruega – não lhe causam preocupações. Os demais não sobressaem por valores democráticos ou respeito a direitos humanos como Argélia, Angola, Nigéria e México. A importação do país representa pouco mais da metade de seu consumo total – cerca de 20 milhões de barris

diários – e tenderia a agravar-se mais e mais, em função do declínio da expansão de sua produção, ao mesmo tempo da ampliação do seu consumo. Mesmo se o Alasca fosse explorado, seu fornecimento diário não passaria de meio milhão de barris.

Com isto, não só variáveis políticas influiriam, mas materiais também, de sorte que o país necessitaria das fontes existentes do antigo território soviético – os Estados do mar Cáspio, estimados como detentores da segunda reserva global, considerados como reserva estratégica – bem como da África. Em decorrência de áreas tão amplas e, ao mesmo tempo, esparsas, o uso à força sempre é posto ao lado da diplomacia, sendo justificado como mais uma forma de garantir estabilidade contra terrorismo, o que incluiria também a América Latina, mais especificamente a Colômbia.

Decorrido mais de um ano do início da ocupação, ambos os intentos patinham de modo fragoroso. Quanto à instalação de um regime supostamente democrático, os sinais de seus fracassos são evidentes: a população não reconhece a legitimidade do conselho governamental criado pelos Estados Unidos, que menospreza o direito de voto universal, ao estabelecer critérios de representação setorial, seja étnica, seja religiosa.

Acresça-se que as inúmeras denúncias sistemáticas de tortura e maus-tratos contribuem para o desmerecimento da virtude das instituições norte-americanas. Além disto, não se pode esquecer de que países denunciados pelo próprio governo americano em seu relatório anual de direitos humanos – como Argélia e Nigéria – são galardoados com programas de cooperação militar, em decorrência de suas reservas petrolíferas.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Mestre e doutorando em História das Relações Internacionais pela mesma universidade.

Do ponto de vista econômico, a presença militar no país seria, à primeira vista, para afiançar o equilíbrio do mercado petrolífero, ao: diminuir a dependência com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em face da resistência de alguns de seus membros em ampliar a produção e, assim, contribuir para a baixa do produto e proporcionar novo impulso à economia, ante a decepção gerada pelas expectativas dos lucros do setor de telecomunicações e comércio via internet, dentre outros.

Entrementes, há o inverso: desde o início da guerra, os preços, apesar de períodos de descenso, elevam-se gradativamente em função do receio de novos ataques de entidades terroristas, cujo raio de ação estende-se além dos Estados Unidos, e do fracasso administrativo-militar no Iraque, ou seja, a presença militar americana provoca exatamente o contrário do efeito esperado.

Assim, os preços encontram-se no seu patamar mais alto desde o início da década de 90, indo muito além dos padrões considerados razoáveis para a recalcitrante OPEP – na faixa de 22 a 28 dólares o barril. A explicação aventada para justificar, que boa parte da presente alta emanaria do crescimento econômico chinês e da instabilidade política venezuelana, não se sustenta a longo prazo, à medida que não são situações recentes do cenário internacional. Destaque-se que o valor do preço do produto nem sequer se encontra próximo dos índices adotados no período antecedente à invasão, há pouco mais de um ano.

Desta sorte, é possível que nem mesmo a retirada atabalhoada dos Estados Unidos interrompa o processo de mixórdia em que está o Iraque, que poderia espalhar-se além de suas fronteiras, em face da combinação de aspirações étnicas e religiosas que as ultrapassam.



A História em espiral: as primeiras inflexões na Política Externa do Governo Lula

Tânia Maria Pechir Gomes Manzur*

O Brasil elegeu, em 2002, um presidente que encarnava a esperança de um significativo número de eleitores em romper com um modelo econômico e de inserção internacional considerado inadequado ao desenvolvimento e insuficiente para atender às demandas internas do País. Para boa parte da população, Lula e sua equipe poderiam reverter a situação do baixo nível de crescimento econômico, do arrocho salarial de que padeciam os trabalhadores, da inserção internacional mais assertiva, mais independente. Para outros tantos, a verdade é que votaram no governo Lula mais contra um alvo explícito – o modelo neo-liberal perpetrado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – do que a favor do futuro presidente ou de um governo do Partido dos Trabalhadores. Passado um ano e meio da eleição, graves sinais de impaciência têm aparecido.

De um lado, estão os descontentes com o fato de a política econômica e social do governo atual manter características que esse mesmo governo, quando ainda oposição, criticava quanto aos anteriores ocupantes do Planalto. De outro, Lula e seus ministros pedem paciência, alegando que, em um ano e meio, não haveria condições de se resolverem problemas criados ao longo de muitos anos, incluindo os oito da presidência de Fernando Henrique Cardoso. O fato é que o Brasil parece estar vivendo em crise de credibilidade, tanto em âmbito de política externa quanto interna, haja vista o Risco Brasil oscilante, os decrescentes níveis de aprovação do governo Lula em pesquisas de opinião, dentre outros fenômenos. Algo semelhante já aconteceu em outras épocas, com resultados indesejáveis para a sociedade brasileira.

Nos anos entre 1961 e 1964, estiveram à frente do governo do País os presidentes Jânio Quadros e João Goulart. Ressalvadas todas as diferenças entre eles – tanto em características pessoais, políticas (eram de partidos e tendências diferentes, mas a lei eleitoral permitia votar-se nessa situação), de percepção da realidade brasileira, como da própria administração de cada um –, alguns elementos comuns podem ser identificados entre as gestões de Quadros e Goulart. Em primeiro lugar, a existência de um eixo central na inserção internacional do Brasil, a partir da Política Externa Independente (PEI), proposta arrojada de relações internacionais sem constrangimentos ideológicos em um momento de Guerra Fria, no qual, para muitos, essa independência não seria viável ou sequer possível. Em segundo lugar, o envolvimento da opinião pública com assuntos de política exterior. Esse envolvimento é fruto da evolução de uma política populista já identificável, por exemplo, com Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, em anos anteriores. Ao populismo aliaram-se o desenvolvimento e disseminação dos meios de comunicação de massa (especialmente o rádio e a televisão), o aumento dos níveis de alfabetização da população brasileira, acompanhado da crescente urbanização.

A tudo isso, juntou-se a noção, ainda que incipiente e não ilustrada de grande parte da população, da existência de um “inimigo” internacional nas Américas (e, na visão ocidentalista, no mundo inteiro): o perigo comunista. O governo informava a população e a opinião pública, a seu turno, discutia e se manifestava acerca da inserção

* Diretora do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília. Doutora em História da Política Exterior do Brasil.

internacional do País. Grosso modo, entre 1961 e 1964, confrontavam-se, a partir da expressão das diferentes correntes de opinião pública no Brasil, visões as mais diversas acerca da forma como a nação deveria apresentar-se no cenário internacional.

A partir dos embates entre as diferentes correntes, deu-se uma paulatina polarização da opinião pública nacional nos anos finais do governo Goulart. Houve uma radicalização entre os que preconizavam relações especiais com a potência norte-americana, o ocidentalismo, a liberalização do comércio e, por outro lado, os que veementemente lutavam contra o “imperialismo ianque”, a dependência em relação aos Estados Unidos, e a favor do nacionalismo mesmo em política exterior, da autonomia internacional do Brasil, da abertura a relações mais próximas com países socialistas e comunistas. A polarização das tendências de opinião foi um dos fatores que contribuíram decisivamente para o golpe de 1964, tendo prevalência nele aqueles que preconizavam o primeiro grupo, que chamamos de liberal-ocidentalistas.

Então, tendo tudo isso em vista, que relação teriam os governos de Quadros e Goulart e o atual, o de Lula? Que reflexão suscitam os anos de 61 a 64 em face do que vive o Brasil hoje em termos sociais, políticos e econômicos?

A opinião pública, como à época de Quadros e Goulart, crescentemente se envolve com os assuntos de política externa atualmente. Cada vez mais encontram-se pessoas discutindo a Área de Livre Comércio das Américas, o Mercosul, o incremento às exportações, as relações com os Estados Unidos, o comércio com a União Européia, o peso do agonegocio para a economia brasileira, dentre outros assuntos atuais. Nota-se que muitas vezes a percepção da realidade internacional por diversas parcelas da opinião pública é limitada a posicionamentos veiculados pelos meios de comunicação – nem sempre isentos e, por vezes, abertamente tendenciosos.

E o que está sendo veiculado nos dias atuais? Vê-se, pelo tom investigativo de muitas notícias, assim como pelos posicionamentos mais ou menos explícitos dos editoriais, ou pelo tipo de reportagem que se apresenta nos tele-jornais, que a mídia, seja ela escrita, televisionada ou rádio-difundida, tem-se empenhado em formar a opinião brasileira, mais do que informar, salvo raras exceções. Frequentemente, um jornal ou revista, ou mesmo noticiários veiculados pela televisão ou pelo rádio transmitem informações enviesadas – de claro comprometimento ideológico com essa ou aquela corrente de pensamento –, chegando, até mesmo, a apresentarem cada uma sua “verdade” acerca de um mesmo fato.

Então que outros paralelos se pode fazer entre a situação atual e o que se passava no início dos anos 60? A essência das notícias é um caminho que podemos seguir.

Lula é um trabalhista. Ascendeu ao poder a despeito de a oposição lhe atribuir uma possível incompetência que adviria de sua origem humilde e de sua falta de estudos, especialmente se comparado com o *scholar* Fernando Henrique Cardoso, seu antecessor. Goulart também era um trabalhista, cria política de Getúlio Vargas, de quem foi Ministro do Trabalho. Era fazendeiro e, ainda que dono de grandes fazendas no Sul do País, via de regra, recebia críticas da oposição sobre o fato de ele ser, alegadamente, homem de pouca competência gerencial e administrativa, haja vista que não teria formação para decisões governamentais em âmbito nacional e internacional. É como se de ambos se questionasse a competência para gerir um país a partir da experiência restrita que teriam anteriormente à presidência.

Alguns analistas de relevo consideram Lula um fraco. Sua pouca experiência administrativa, como anteriormente mencionado, sempre foi alvo de duras críticas. Dos seus defensores, o argumento fundamental era o de que Lula nada fazia sozinho e seria bem assessorado pelos bem preparados quadros do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, o que se vê atualmente,

e é disseminado pelos meios de comunicação, é que os detratores continuam a atacar, mas alguns antigos aliados têm debandado ou posto em dúvida a competência mesma dos assessores, sobretudo o chamado núcleo duro do governo. Até a imprensa internacional procede a tentativas de formar opinião nesse sentido acerca das debilidades do presidente brasileiro. Ridiculariza e atinge seus bríos a partir da divulgação, como fez Larry Rohte no *The New York Times*, de que existiria uma preocupação nacional sobre um possível traço de alcoolismo em Lula, relacionado a uma herança familiar e ao fato de ser sindicalista. É de se notar que nesse ponto, a semelhança se daria mais especificamente com Jânio Quadros, segundo alguns analistas da época e contemporâneos, um apreciador de grandes doses de uísque escocês. Mas quanto a ter pulso firme para a condução da Nação ao crescimento econômico e ao fortalecimento das instituições, Goulart também era considerado inábil e fraco pelos seus opositores e a opinião pública recebia constantemente pelos jornais e revistas da época informações acerca desse traço de personalidade que não lhe permitiria ter o controle do governo como caberia a um presidente competente. Lula, a seu turno, optou por revogar o visto de permanência no Brasil do jornalista Rohte. Reverteu um quadro de apoio irrestrito que tinha para uma situação de críticas as mais veementes. Sua atitude foi em princípio frustrada pelo Superior Tribunal de Justiça e até mesmo aqueles que o consideraram ofendido e ofendida também a honra nacional, acusaram o governo de ter sido incompetente e fraco ao optar por uma decisão autoritária, que lembraria os idos da ditadura.

E a crítica ácida na imprensa pode ter um efeito inesperado. A polarização das tendências de opinião a respeito da competência gerencial do Presidente – em âmbito interno e externo – pode levar a medidas drásticas. Nos anos 60, houve o golpe que instaurou o regime militar. Nos dias de hoje, tendo as Forças

Armadas pouco poder em relação ao que tinham no passado, um golpe militar seria improvável. De todo modo, devem ser levadas em consideração algumas pesquisas de opinião atestando que uma parte da população brasileira seria favorável a uma ditadura, contanto que ela desse rumos ao País.

Assim sendo, algumas lições do passado devem ser levadas em consideração. A imprensa factóide, como é boa parte da mídia brasileira, pode levar à desinformação e, o que é mais perigoso ainda: à formação de uma opinião pública que se movimenta ao sabor da ditadura dessa mesma imprensa.

O País está cada vez mais dependente das oscilações do sistema financeiro internacional. As forças sociais se mobilizam, por exemplo, como o faz, nem sempre de maneira adequada, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (aos moldes do que ocorreu, nos anos 60, com as Ligas Camponesas), e os meios de comunicação apontam para a inércia do governo ou a incapacidade dele em gerenciar os problemas. Com Goulart, as movimentações e a radicalização das forças sociais contribuíram para desestabilizar o País internamente ao ponto de a presidência não agradar nem ao menos aos seus aliados.

Lula, nos dias de hoje, tem angariado oposição até mesmo entre os que o apoiavam inicialmente. Nem agrada a muitos dos que o elegeram ou lhe eram aliados, nem aos que lhe eram contrários. Com Goulart isso também ocorreu.

A situação atual é de crescente instabilidade. Alega-se paralisia do governo. Meios de comunicação massificam essas idéias e a área de comunicação social do governo não se antecipa para evitar estragos. Nem ao menos consegue apagar as imagens negativas já disseminadas.

A escalada da crise interna, aliada a uma polarização das opiniões acerca da política interna e externa, segundo nos mostra a História, pode levar a soluções indesejadas. É preciso atenção.

